

J. E. Carreira Alvim

Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, com a tese: “*Direito Arbitral Interno Brasileiro*”, bachare-lou-se em Direito pela mesma Instituição. Iniciou-se no magistério como orientador forense do Departamento de Assistência Judiciária (DAJ) da Faculdade de Direito da UFMG, nas áreas de Direito Civil e Processo Civil, e posteriormente foi professor de Direito Processual Civil e Prática Forense Supervisionada na Faculdade de Direito do Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB e professor de Direito Romano, Direito Civil, Direito Processual Civil e Teoria Geral do Processo na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. No campo profissional, foi aprovado nos concursos públicos de Juiz do Estado de Minas Gerais e Juiz do Trabalho, bem como para Procurador da República, cargo que veio a assumir atuando perante o extinto Tribunal Federal de Recursos em Brasília/DF até ingressar na magistratura federal, assumindo a titularidade da 19ª Vara Federal no Rio de Janeiro. Em 1993, foi promovido a Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro. Na qualidade de jurista, integrou a Comissão de Reforma do Código de Processo Civil de 1973, e, na de professor, profere palestras e ministra cursos de curta duração pelo país, participando inclusive de bancas examinadoras em concursos públicos para ingresso no magistério superior, além de bancas de mestrado e doutorado. Professor de Direito Processual Civil da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. O autor é, ainda, membro permanente do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP.

MANUAL DE PROCESSO CIVIL

VOLUME I

Parte Geral

Com Objetivo Prático

**3ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2018

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-8105-6



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Alvim, J. E. Carreira.

A475 Manual de Processo Civil./ J. E. Carreira

Alvim./ 3ª edição./ Curitiba: Juruá, 2018.

528p. – v. 1

1. Código de Processo Civil. I. Título.

CDD 347(22.ed)

CDU 347

000001

000001

SUMÁRIO

Capítulo 1 – NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	19
1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO.....	19
1.1 Princípio do Impulso Processual	20
1.2 Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição	20
1.3 Princípio da Duração Razoável do Processo	21
1.4 Princípio da Cooperação Processual.....	23
1.5 Princípio da Finalidade Social da Lei e as Exigências do Bem Comum	23
1.6 Princípio da Paridade de Tratamento.....	25
1.7 Princípio do Contraditório.....	25
1.8 Princípios da Publicidade	26
1.9 Princípio da Fundamentação	27
1.10 Princípio da Cronologia da Conclusão	27
Capítulo 2 – NORMAS PROCESSUAIS E SUA APLICAÇÃO	29
2 ALCANCE DAS NORMAS PROCESSUAIS.....	29
2.1 Irretroatividade da Norma Processual	30
2.2 Subsidiariedade ou Supletividade do Código de Processo Civil	30
Capítulo 3 – JURISDIÇÃO E AÇÃO	33
3 JURISDIÇÃO CIVIL	33
3.1 Ação e Condições da Ação.....	33
3.2 Substituição Processual	34
Modelo de Ação Ajuizada por Substituto Processual	36
3.3 Ação Declaratória.....	38
Modelo de Ação Declaratória.....	39
3.4 Questão Prejudicial e Coisa Julgada.....	40
Capítulo 4 – LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL	45
4 LIMITES DA JURISDIÇÃO BRASILEIRA.....	45
4.1 Jurisdição Exclusiva	50
4.2 Jurisdição Concorrente	52
4.3 Foro Exclusivo Estrangeiro	53

Capítulo 5 – COOPERAÇÃO JURÍDICA	55
5 COOPERAÇÃO JURÍDICA	55
5.1 Cooperação Nacional	55
5.2 Cooperação Recíproca Entre Juízos	56
5.3 Modalidades de Cooperação Nacional	56
5.4 Cooperação Jurídica Internacional	58
5.5 Garantias na Cooperação Internacional	59
5.6 Objeto da Cooperação Internacional	61
Capítulo 6 – PROCEDIMENTO NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ...	65
6 PEDIDO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA ATIVO E AUTORIDADE CENTRAL	65
Modelo de Pedido de Cooperação Jurídica Internacional Ativo em Matéria Cível	66
6.1 Pedido de Cooperação Jurídica Passivo e Recusa de Cumprimento	67
6.2 Instrução do Pedido de Cooperação Internacional Passivo	68
6.3 Reciprocidade de Tratamento na Cooperação Internacional	70
Capítulo 7 – EXECUÇÃO NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	71
7 MEIOS DE EXECUÇÃO NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	71
7.1 Pedido de Auxílio Direto e Requisitos	72
7.2 Formalidade do Pedido de Auxílio Direto	73
7.3 Objeto do Pedido de Auxílio Direto	75
7.4 Procedimento no Pedido de Auxílio Direto	76
7.5 Competência de Atribuições no Pedido de Auxílio Direto	77
7.6 Pedido de Auxílio Direto Passivo	77
7.7 Competência da Justiça Federal no Pedido de Auxílio Direto	78
7.8 Cumprimento de Carta Rogatória	79
Modelo Simplificado de Carta Rogatória	80
7.9 Roteiro da Carta Rogatória	80
Capítulo 8 – COMPETÊNCIA INTERNA	83
8 COMPETÊNCIA	83
8.1 Critérios de Determinação da Competência	87
8.2 Competência em Razão da Matéria e do Valor	88
8.3 Competência em Razão da Pessoa	89
8.4 Competência Funcional	92
8.5 Competência Territorial na Ação Sobre Bens Móveis	93
8.6 Competência Territorial na Ação Real Sobre Bens Imóveis	94
8.7 Foro do Inventário e Partilha	95
8.8 Foro do Ausente	96

8.9	Foro do Incapaz.....	97
8.10	Foro da União.....	97
8.11	Foro dos Estados e do Distrito Federal.....	98
8.12	Foros Especiais.....	98
8.13	Modificação da Competência por Conexão ou Continência	103
8.14	Ação Continente e Ação Contida	107
8.15	Modificação da Competência pela Prevenção.....	109
8.16	Prevenção na Competência Territorial-funcional	110
8.17	Competência em Ação Acessória.....	111
8.18	Competência e Questão Prejudicial.....	111
8.19	Competência Relativa e Absoluta e Eleição de Foro.....	113
8.20	Incompetência de Foro e de Juízo	115
8.21	Prorrogação de Competência.....	118
8.22	Conflito de Competência.....	119
Capítulo 9	– CAPACIDADE DAS PARTES	123
9	CAPACIDADE PROCESSUAL DAS PARTES	123
9.1	Incapacidade Absoluta e Incapacidade Relativa.....	124
9.2	Curador Especial	124
	Modelo de Nomeação de Curador Especial.....	126
9.3	Consentimento do Cônjuge e Litisconsórcio Necessário	126
9.4	Suprimento Judicial de Consentimento	129
	Modelo de Suprimento Judicial de Consentimento	130
9.5	Representação Processual.....	131
9.6	Sanação de Irregularidade ou Defeito Processual	135
Capítulo 10	– PARTES E PROCURADORES.....	139
10	PARTES E PROCURADORES.....	139
10.1	Deveres Processuais e seus Destinatários.....	139
10.2	Expressões Injuriosas no Processo e Riscadura.....	146
	Modelo de Pedido de Riscadura de Expressão Injuriiosa	148
Capítulo 11	– LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ	149
11	LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ E PENALIDADES	149
11.1	Hipóteses de Má-fé Processual.....	149
11.2	Condenação do Litigante de Má-fé	152
	Modelo de Pedido por Litigância de Má-fé.....	153
Capítulo 12	– DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍ- CIOS.....	155
12	RESPONSABILIDADE PELAS DESPESAS PROCESSUAIS.....	155
12.1	Despesas da Sucumbência.....	157

12.2	Extensão da Sucumbência e Remuneração do Assistente Técnico	157
12.3	Honorários Advocatícios na Reconvenção	160
12.4	Honorários no Cumprimento de Sentença e na Execução	161
12.5	Honorários Advocatícios nos Recursos	161
12.6	Extensão da Fixação dos Honorários Advocatícios	163
12.7	Honorários nas Causas em que é Parte a Fazenda Pública	164
12.8	Honorários nas Causas de Valor Inestimável ou Irrisório	167
12.9	Honorários nas Ações Indenizatórias por Ato Ilícito	168
12.10	Honorários Advocatícios na Perda de Objeto do Processo	168
12.11	Sucumbência nos Embargos à Execução	169
12.12	Natureza Jurídica da Verba Honorária	170
12.13	Honorários em Favor de Sociedade de Advogados	171
12.14	Honorários na Advocacia em Causa Própria	171
12.15	Omissão da Decisão de Honorários Advocatícios	171
12.16	Honorários de Sucumbência em Favor de Advogado Público	172
12.17	Despesas Processuais na Sucumbência Recíproca	172
12.18	Despesas e Honorários no Litisconsórcio	173
12.19	Despesas Judiciais nos Procedimentos Voluntários	174
12.20	Despesas Processuais nos Juízos Divisórios	174
12.21	Desistência, Renúncia ou Reconhecimento do Pedido	175
12.22	Atos Praticados a Requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público ou da Defensoria Pública	177
	Modelo de Adiantamento de Honorários Periciais	179
12.23	Repropositura da Ação e Despesas de Condenação Anterior	180
	Modelo de Pedido na Repropositura da Ação	181
12.24	Despesas no Adiamento de Atos Processuais	182
12.25	Despesas Processuais na Assistência	182
12.26	Despesas Processuais na Perícia	183
12.27	Despesas de Perícia na Gratuidade da Justiça	184
12.28	Natureza Jurídica das Sanções aos Litigantes	187
Capítulo 13	– JUSTIÇA GRATUITA	189
13	BENEFICIÁRIOS DA JUSTIÇA GRATUITA	189
13.1	Momento da Formulação do Pedido de Gratuidade	191
	Modelo de Pedido de Justiça Gratuita	192
13.2	Indeferimento da Gratuidade e Comprovação de Pressupostos	193
13.3	Recurso da Decisão sobre Justiça Gratuita	194
	Modelo de Recurso do Indeferimento da Justiça Gratuita	196
13.4	Consequências da Revogação da Gratuidade	198

Capítulo 14 – REPRESENTAÇÃO DAS PARTES NO PROCESSO	199
14 REPRESENTAÇÃO DA PARTE NO PROCESSO	199
14.1 Capacidade Postulatória	200
Modelo de Pedido de Ratificação de Atos Processuais Praticados	201
14.2 Poderes Compreendidos na Procuração	201
Modelo de Procuração “ <i>Ad Judicia</i> ”	202
14.3 Postulação em Causa Própria	203
14.4 Direitos do Advogado no Processo	203
Modelo de Pedido de Vista dos Autos	205
Modelo de Retirada dos Autos do Cartório com Prazo Comum	206
Modelo de Pedido de Restituição de Prazo	207
Capítulo 15 – SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES NO PROCESSO	209
15 SUCESSÃO VOLUNTÁRIA <i>ENTRE VIVOS</i>	209
Modelo de Pedido de Sucessão Processual <i>Entre Vivos</i>	209
15.1 Sucessão Compulsória	210
15.2 Sucessão <i>Causa Mortis</i>	211
Modelo de Pedido de Sucessão Processual <i>Causa Mortis</i>	212
15.3 Revogação do Mandato	213
Modelo de Comunicação de Revogação de Mandato	214
15.4 Renúncia ao Mandato	214
Modelo de Comunicação de Renúncia ao Mandato	215
Capítulo 16 – PROCESSO LITISCONSORCIAL	217
16 LITISCONSÓRCIO	217
16.1 Limitação de Litisconsórcio	218
Modelo de Limitação de Litisconsórcio	220
16.2 Litisconsórcio Necessário	221
16.3 Nulidade e Ineficácia da Sentença	221
16.4 Litisconsórcio Unitário	224
16.5 Relações Processuais entre os Litisconsortes	225
Modelo de Pedido de Inclusão como Litisconsorte Passivo	226
Capítulo 17 – ASSISTÊNCIA	227
17 ASSISTÊNCIA E MOMENTO DE INGRESSO	227
17.1 Prazo para Impugnação	229
Modelo de Impugnação à Assistência	229
17.2 Falta de Interesse Jurídico em Intervir	230
17.3 Assistência Simples	231
Modelo de Pedido de Assistência Simples	232

17.4	Revelia do Assistido e Substituição Processual.....	233
17.5	Poderes da Parte Principal na Assistência	233
17.6	Eficácia da Assistência e Coisa Julgada	234
17.7	Assistência Litisconsorcial	236
	Modelo de Pedido de Assistência Litisconsorcial	238
Capítulo 18	– DENUNCIAÇÃO DA LIDE	239
18	CASOS DE DENUNCIAÇÃO DA LIDE	239
18.1	Direito Regressivo em Ação Autônoma	241
18.2	Denunciação Sucessiva da Lide	241
18.3	Citação na Denunciação da Lide	242
18.4	Denunciado como Litisconsorte do Denunciante	242
	Modelo de Denunciação da Lide pelo Réu	243
18.5	Procedimento na Denunciação da Lide	245
18.6	Cumprimento da Sentença Também Contra o Denunciado.....	247
18.7	Julgamento da Denunciação da Lide	247
Capítulo 19	– CHAMAMENTO AO PROCESSO	249
19	CASOS DE CHAMAMENTO AO PROCESSO	249
19.1	Citação dos Litisconsortes Passivos e Prazo para sua Efetivação	250
	Modelo de Pedido de Chamamento ao Processo	251
19.2	Constituição do Título Executivo	252
Capítulo 20	– DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA....	255
20	PERSONALIDADE JURÍDICA.....	255
20.1	Desconsideração da Personalidade Jurídica	255
20.2	Teoria da Desconsideração e Teoria do Abuso da Personalidade Jurídica	256
20.3	Legitimação para Instaurar a Desconsideração	256
20.4	Pressupostos Legais da Desconsideração	257
20.5	Desconsideração Inversa da Personalidade Jurídica.....	258
20.6	Instauração do Incidente de Desconsideração	259
20.7	Incidente de Desconsideração e Suspensão do Processo	259
20.8	Procedimento no Incidente de Desconsideração	260
20.9	Decisão do Incidente por Interlocutória	261
20.10	Recurso de Agravo Interno.....	262
20.11	Alienação ou Oneração de Bens em Fraude de Execução	262
20.12	Dispensa de Instauração do Incidente de Desconsideração	263
	Modelo de Pedido de Desconsideração da Personalidade Jurídica	264

Capítulo 21 – INTERVENÇÃO COMO <i>AMICUS CURIAE</i>	267
21 CASOS DE INTERVENÇÃO DO <i>AMICUS CURIAE</i>	267
Modelo de Pedido de Manifestação de <i>Amicus Curiae</i>	272
21.1 Preservação da Competência e Embargos de Declaração	269
21.2 Definição dos Poderes do <i>Amicus Curiae</i>	270
21.3 Recurso Admitido ao <i>Amicus Curiae</i>	271
Modelo de Intervenção de “ <i>Amicus Curiae</i> ”	272
Capítulo 22 – PARTICÍPIES DO PROCESSO E ATIVIDADES PROCESSUAIS	275
22 PARTICÍPIES DO PROCESSO	275
22.1 Lacuna ou Obscuridade da Lei	278
22.2 Decisão por Equidade	278
22.3 Limites à Decisão do Juiz	278
22.4 Responsabilidade Civil do Juiz	279
Modelo de Pedido de Decisão pelo Juiz	280
22.5 Impedimentos e Suspeição do Juiz	281
Modelo de Arguição de Impedimento do Juiz	291
Modelo de Arguição de Suspeição do Juiz	291
22.6 Impedimento Decorrente de Parentesco	292
22.7 Impedimento e Suspeição de Partícipes do Processo	293
Capítulo 23 – AUXILIARES DA JUSTIÇA	297
23 PRINCIPAIS AUXILIARES DA JUSTIÇA	297
23.1 Atribuições do Escrivão ou Chefe de Secretaria	299
23.2 Atribuições do Oficial de Justiça	301
23.3 Responsabilidade Civil do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça	302
23.4 Atribuições e Responsabilidade do Perito	303
23.5 Atribuições e Responsabilidade do Depositário ou Administrador	306
23.6 Atribuições do Intérprete ou Tradutor	307
Capítulo 24 – MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	309
24 CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO ENTRE PARTICULARES	309
24.1 Mediação e Autocomposição de Conflitos na Administração Pública	310
24.2 Princípios Informativos	311
24.3 Confidencialidade e Sigilo	312
24.4 Estímulo à Conciliação e à Mediação	313
24.5 Escolha do Conciliador ou Mediador	313
24.6 Cadastro de Conciliadores e Mediadores	314

24.7	Exclusão do Cadastro e suas Consequências.....	316
24.8	Remuneração do Conciliador ou Mediador	318
24.9	Conciliação e Mediação Extrajudicial.....	319
	Modelo de Compromisso de Mediação	319

Capítulo 25 – MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA E ADVOCACIA PÚBLICA		321
25	MINISTÉRIO PÚBLICO.....	321
25.1	Atribuições do Ministério Público.....	322
25.2	Ministério Público como Fiscal da Ordem Jurídica	322
	Modelo de Parecer do Ministério Público	323
25.3	Privilégios do Ministério Público.....	324
25.4	Responsabilidade Civil do Ministério Público	325
25.5	Advocacia Pública.....	326
25.6	Defensoria Pública	328
	Modelo de Pedido de Intimação em Ação Patrocinada pela Defensoria Pública.....	329

Capítulo 26 – ATOS PROCESSUAIS.....	331
26	FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS..... 331
26.1	Publicidade dos Atos Processuais 332
26.2	Sigilo dos Atos Processuais..... 332
	Modelo de Pedido de Segredo de Justiça 335
26.3	Uso da Língua Portuguesa..... 335
	Modelo de Pedido de Tradução de Documento em Língua Estrangeira ... 336
26.4	Flexibilização do Procedimento Judicial e Calendário Processual 336
26.5	Atos Processuais por Meio Eletrônico..... 339
26.6	Atos Processuais das Partes..... 340
26.7	Cotas Marginais e Interlineares 341
	Modelo de Pedido de Cancelamento de Cota nos Autos 343
26.8	Pronunciamentos do Juiz no Processo..... 343
26.9	Atos do Escrivão ou Chefe de Secretaria 345
26.10	Tempo e Lugar dos Atos Processuais..... 347
26.11	Problemática dos Prazos e Depoimento Fora da Sede do Juízo 349
	Modelo de Depoimento Fora da Sede do Juízo 349
	Modelo de Pedido para a Prática de Ato Processual não Realizado no Prazo Legal..... 352
	Modelo de Renúncia de Prazo em Favor da Parte..... 354
26.12	Litisconsortes com Diferentes Procuradores 355
26.13	Começo da Contagem do Prazo 356

Capítulo 27 – PRAZOS E PENALIDADES	359
27 PRAZOS E PENALIDADES PROCESSUAIS	359
27.1 Descumprimento de Prazo e Penalidade pelo Excesso.....	360
Modelo de Cobrança de Autos em Poder do Advogado	362
27.2 Excesso Injustificado de Prazo pelo Juiz ou Relator	363
Modelo de Representação Contra o Juiz	363
Capítulo 28 – COMUNICAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS.....	365
28 CUMPRIMENTO DE ATOS PROCESSUAIS	365
28.1 Cartas Comunicatórias	367
28.2 Citação para a Demanda	368
28.3 Efeitos da Citação Válida	369
28.4 Improcedência Liminar do Pedido	372
28.5 Formalidades na Citação	373
28.6 Circunstâncias Impedientes da Citação	374
28.7 Formas de Citação	376
28.8 Citação pelo Correio.....	377
28.9 Citação pelo Oficial de Justiça	380
28.10 Citação por Edital.....	387
Modelo de Pedido de Citação por Edital	392
28.11 Citação por Carta.....	392
Modelo de Pedido de Citação por Carta Precatória	403
28.12 Problemática da Intimação	403
28.13 Procedimento Edital	412
Modelo de Ação pelo Procedimento Edital	413
Capítulo 29 – NULIDADES PROCESSUAIS	415
29 NULIDADES E IRREGULARIDADES PROCESSUAIS	415
29.1 Predeterminação da Forma do Ato	416
29.2 Nulidade e Preclusão	417
29.3 Intervenção Obrigatória do Ministério Público	418
Modelo de Pedido de Intervenção do Ministério Público.....	419
29.4 Formalidades da Citação e da Intimação	419
Modelo de Pedido de Nulidade de Citação	420
29.5 Sanação de Nulidades e Irregularidades	421
29.6 Erro na Forma do Processo.....	423
Capítulo 30 – DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO	427
30 DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO	427
30.1 Forma de Distribuição	428

30.2	Distribuição por Dependência	429
	Modelo de Pedido de Distribuição por Dependência	431
30.3	Dispensa de Juntada de Procuração	431
30.4	Correção de Erro ou Falta de Distribuição	432
30.5	Fiscalização da Distribuição	433
30.6	Cancelamento da Distribuição	433
Capítulo 31	– VALOR DA CAUSA	435
31	VALOR DA CAUSA	435
31.1	Crêterios de Fixação do Valor da Causa	436
31.2	Impugnação ao Valor da Causa	439
	Modelo de Impugnação ao Valor da Causa	440
Capítulo 32	– TUTELA PROVISÓRIA E TUTELA DE URGÊNCIA	441
32	TUTELA PROVISÓRIA E SUAS MODALIDADES	441
32.1	Eficácia da Tutela Provisória	442
32.2	Medidas Adequadas na Efetivação da Tutela Provisória	443
32.3	Efetivação da Tutela Provisória	444
32.4	Motivação da Decisão sobre Tutela Provisória	445
32.5	Competência na Tutela Provisória	446
32.6	Pressupostos da Tutela de Urgência	448
32.7	Elementos Conaturais do Sistema de Tutela Jurídica	449
32.8	Perigo de Irreversibilidade dos Efeitos da Decisão Liminar	450
32.9	Audiência de Justificação Prévia	451
32.10	Medidas de Urgência Nominadas	452
32.11	Prejuízo Decorrente da Efetivação da Tutela de Urgência	454
Capítulo 33	– TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE	457
33	TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE	457
	Modelo de Tutela Antecipada em Caráter Antecedente	460
33.1	Audiência de Conciliação ou Mediação	462
33.2	Contestação da Demanda	463
33.3	Não Aditamento do Pedido e Extinção do Processo	464
33.4	Requisito Específico do Pedido de Tutela Antecedente	464
33.5	Indeferimento da Petição Inicial e Extinção do Processo	465
33.6	Estabilização da Tutela Antecipada	466
33.7	Extinção do Processo com Resolução de Mérito	467
33.8	Revisão, Reforma ou Invalidação da Tutela Estabilizada	468
33.9	Decadência da Ação de Revisão, Reforma ou Invalidação da Tutela Estabilizada	469

33.10	Conservação dos Efeitos da Tutela Estabilizada	469
33.11	Tutela Antecipada de Urgência e Coisa Julgada	470
Capítulo 34	– TUTELA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE.....	473
34	TUTELA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE	473
	Modelo de Tutela Cautelar em Caráter Antecedente	475
34.1	Fungibilidade da Tutela Cautelar em Tutela Antecipada	476
34.2	Defesa na Cautelar em Caráter Antecedente Sem Liminar	477
34.3	Revelia no Pedido Cautelar Antecedente	479
34.4	Contestação do Pedido e Observância do Procedimento Comum	480
34.5	Efetivação da Tutela Cautelar e Formulação do Pedido Principal	480
34.6	Pedidos Principal e Cautelar Conjuntos	481
34.7	Aditamento da Causa de Pedir	482
34.8	Audiência de Conciliação ou Mediação	482
34.9	Contestação na Tutela Cautelar com Liminar	483
34.10	Cessação da Eficácia da Tutela Cautelar Antecedente	484
34.11	Indeferimento da Tutela Cautelar e Formulação do Pedido Principal	486
Capítulo 35	– TUTELA DA EVIDÊNCIA.....	491
35	TUTELA DA EVIDÊNCIA	491
	Modelo de Tutela da Evidência	495
35.1	Concessão da Tutela Liminar	496
35.2	Problemática da Estabiliza�o na Tutela da Evidência	497
Capítulo 36	– FORMA�O, SUSPENSÃO E EXTIN�O DO PROCESSO ...	499
36	FORMA�O DO PROCESSO	499
36.1	Suspensão do Processo	500
	Modelo de Pedido de Suspensão do Processo	511
36.2	Extin�o do Processo.....	512
	Modelo de Pedido de Extin�o do Processo	512
REFERÊNCIAS.....		513
ÍNDICE REMISSIVO		517